



Câmara Municipal de Guarujá

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Tribuna
Sábado, 23 de fevereiro de 2008.

HABITAÇÃO. Levantamento deve resultar na regularização de algumas moradias

População de favela vai ser recadastrada



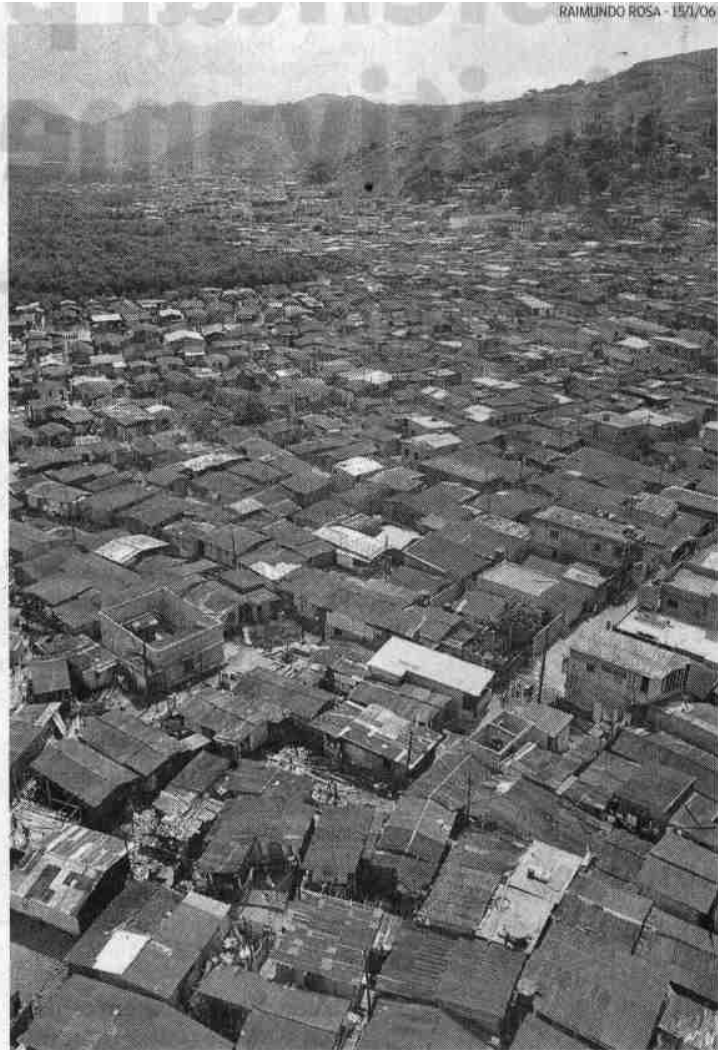
DA REDAÇÃO

A Prefeitura reúne dados para enviar ao Ministério das Cidades e promover, em parceria com o órgão federal, a contagem da população que vive em palafitas, favelas e na informalidade, embora em casas e comunidades com infra-estrutura, mas sem títulos de posse ou perspectivas de melhorias urbanísticas.

Hoje, o Município contabiliza cerca de 22 mil famílias morando nestas áreas informais. Entretanto, a própria Diretoria Municipal de Regularização Fundiária admite que o número pode ser maior, na medida em que é fruto de sucessivas projeções baseadas nas estimativas do IBGE. Conforme a diretora do órgão, Cecília Maria da Silva, há mais de dez anos não se tem um número oficial a respeito do assunto.

Cecília destacou que Guarujá foi selecionado pelo Ministério das Cidades para receber verbas federais e contratar técnicos especializados em regularização fundiária. Além de capacitar pessoal próprio para realizar o trabalho. Estão previstas, também, audiências públicas para nortear o projeto.

O contrato de repasse foi assinado em dezembro e prevê cerca de R\$ 100 mil, a serem complementados em 20% com verba municipal. "Estamos respondendo aos requisitos que o Ministério das Cidades pede. Só então vai estar sacramentado", disse a diretora. A atividade deve se dar ao longo de um ano.



RAIMUNDO ROSA - 15/1/06

Prefeitura calcula que 22 mil famílias vivam em moradias informais

O diagnóstico vai permitir a organização de um verdadeiro mapa social. Identificará os assentamentos, caracterização geral, aspectos sócio-econômicos, situação fundiária e análise de legislação. "Muitas vezes, uma legislação que serve para o Morrinho, pode não servir para a Vila Edna, especialmente no tocante as áreas ver-

des ocupadas", exemplificou.

Feito este diagnóstico habitacional, a Prefeitura terá uma minuta de lei para implantar o Plano Municipal de Regularização Fundiária e Urbanística. A Diretoria de Regularização Fundiária contabiliza atualmente 53 favelas (ou assentamentos irregulares, como prefere o Ministé-



rio das Cidades), após a urbanização promovida no Areião e na Vila Rã, com a saída dos barracos e construção de prédios financiados pelo Programa Habitar Brasil.

Dessa forma, o estudo em andamento envolverá 40 núcleos irregulares, como a Maré Mansa, Cachoeira, Jardim Primavera e Santa Rosa. "Já estamos atuando em 11, atualmente", precisou Cecília. As chamadas comunidades tradicionais também farão parte da ação, como por exemplo o Sítio Conceiçãozinha, reduto de pescadores em área da União, onde futuramente deve se dar a expansão do Porto de Santos.

Atualmente, comunidades que contam com barracos e palafitas, como Marezinha, Prainha, Acaraú, Areião e Santa Cruz dos Navegantes, já passam por processos de regularização apoiados por verbas estaduais e federais. A promessa é de que esses locais deverão se tornar, em breve, bairros com regularização fundiária e urbanizados.

META

A meta de Guarujá para este ano é distribuir cinco mil concessões especiais de uso para fins de moradia. Significa o dobro do que foi feito em 2006 e 2007.

A superestimativa, segundo Cecília, se deve ao expressivo reforço das verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que injetará na Cidade R\$ 90 milhões nos próximos anos, para a construção de núcleos habitacionais.



Turistas estrangeiros construirão 32 casas

■■■ Em março a Cidade receberá 23 turistas da Califórnia, Estados Unidos, que auxiliarão famílias carentes na construção de 32 moradias populares em Vicente de Carvalho.

Os norte-americanos desembarcarão no Município no dia 8 de março e ficarão até o dia 16 do mesmo mês. Serão seis dias no canteiro de obras, assentando tijolos e fazendo massa. À noite, e nos demais dias livres, a programação será turística. A iniciativa faz parte do projeto Turismo Solidário da Prefeitura, Dow Química e da Organização Não-Governamental (ONG) Habitat para a Humanidade Brasil.

O mutirão será na esquina das avenidas Atlântica e Guarujá, próximo ao Rio Acaraú, no Bairro Paicará, e atenderá

famílias que moram às margens do rio. O terreno onde serão construídas as habitações possui 1.915 metros quadrados e vai abrigar oito blocos prediais, com quatro unidades cada um, além de área comum de lazer e estacionamento privado.

Serão utilizados tijolos ecológicos, priorizando o emprego de materiais de baixo consumo energético e de pouco impacto ambiental. Guarujá é a única cidade do Estado que tem esse tipo de construção, mas já foram realizadas ações em Tocantins, Ceará e no sul do País.

Em novembro do ano passado, 250 pessoas — entre funcionários da Dow, Prefeitura e moradores — iniciaram a construção das primeiras casas.



Câmara Municipal de Guarujá

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Tribuna
Sábado, 23 de fevereiro de 2008.



A construção de moradias em mutirão será perto do Rio Acaraú



■ GUARUJÁ

Proeco assina termo de parceria com Fundação

Na próxima terça-feira, a Fundação Abrinq, em parceria com o Projeto Educacional de conscientização e Orientação (Proeco) realizará o lançamento do 'Programa Nossas Crianças na Baixada Santista'. O evento será realizado a partir das 9 horas, no Casa Grande Hotel, na Avenida Miguel Estéfano, 1.001, na Enseada, Guarujá. O objetivo do evento é assinar o termo de parceria entre a Abrinq e as cinco instituições contempladas da região e mobilizar novos apoiadores conscientes da necessidade de colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio do apoio aos projetos. O Programa Nossas Crianças, da Fundação Abrinq, visa à prevenção e erradicação do trabalho infantil, por isso investe no fortalecimento da gestão institucional, do projeto político pedagógico e estimula a atuação em rede, por meio de animação das organizações nas ações da Rede Nossas Crianças. Em 2007, além da Região Metropolitana de São Paulo, o PNC estendeu inscrições para as cidades de Guarujá, São Vicente, Santos, Praia Grande, Campinas, Sorocaba, Hortolândia, Sumaré e Jundiaí. A Proeco foi um dos 86 projetos selecionados de todo o Estado.



Maioria das praias está própria para banho

Dos 67 pontos de verificação da Baixada, 13 ainda apresentam bandeira vermelha

Da Reportagem

O número de praias impróprias para banho, na Baixada Santista, continua em queda. Das 67 praias da Região, 13 ainda apresentam bandeira vermelha, segundo informações divulgadas no site da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb). Durante o Carnaval, a balneabilidade das praias foi preocupante. No período, 58 pontos de verificação foram qualificadas como impróprias para banho. Uma semana depois o número era de 48 pontos impróprios.

Chuvas e elevado número de banhistas foram as principais causas apontadas pela Cetesb como motivadores da falta de balneabilidade das praias da Baixada Santista. Em Santos, essa é a segunda vez no ano que todas as praias são classificadas com a bandeira verde - que a dispõem apta para banho de mar. Bertioiga e Peruipe também possuem todas as praias próprias.

Na atual análise da qualidade das águas, Praia Grande apresentou o maior número de praias com bandeiras vermelha. No total foram quatro (Real, Maracanã, Flórida e Vila



Para Cetesb, a falta de chuva contribuiu para a melhoria da qualidade das praias

Caçara). Ao todo, na Cidade são doze pontos de verificação da Cetesb.

Em Mongaguá, metade das praias analisadas estão com bandeira vermelha hasteada. Dos seis pontos de verificação, três praias (Central, Itaóca e Agenor de Campos) não passaram nos testes de qualidade. Dos dez pontos de verificação, em Itanhaém, apenas três foram reprovados (Centro, Balneário Gaivota e Praia dos Pescadores).

Em São Vicente, duas praias (Milionário e Gonzaguinha), das cinco avaliadas pela

Cetesb, possuem falta de balneabilidade. A praia do Perequê é a única imprópria, das onze praias analisadas em Guarujá.

Segundo o gerente da Agência Ambiental de Santos, Paulo Sérgio Fonseca, a atual análise mostra o perfil normal da Região. Considerando a média dos últimos anos, os atuais pontos com bandeira vermelha são que mais apresentam a classificação imprópria. Para Fonseca, o crescente número de população dessas localidades tem aumentado, porém o sistema coletor e de tratamento de esgoto não acompanha o

mesmo ritmo. Ele aponta esse fator como o que causaria a reincidência das localidades nos testes de balneabilidade.

Animado com o anúncio de antemem para investimentos no programa Onda Limpa, do Governo Estadual, Fonseca acredita que dentro de um ano os resultados serão sentindo nas praias da Região. O programa prevê a construção de rede coletora e de tratamento do esgoto em quase 100% dos lares da Baixada, que auxiliará na recuperação ambiental da orla, além de ter reflexo na saúde da população.

Sobre as análises no período de Carnaval, Fonseca disse que o elevado volume de chuvas causou a falta de balneabilidade das praias. "Quando chove muito, parte do esgoto clandestino são jogados diretamente ao mar, sem passar por nenhum tratamento da Sabesp".

Conforme informou, com a diminuição da incidência das chuvas, a qualidade do mar voltou à normalidade. Motivos para isso, apontou para a tratamento adequado do esgoto. "Parou de chover, a qualidade melhora. No geral, quando diminui o volume de chuvas, é possível fazer um tratamento melhor no esgoto", pontuou.